



A GUERRA DO GOLFO E SUAS LIÇÕES(*)

Edmirson Maranhão Ferreira

Adido militar do Brasil no Irã no decurso da Guerra Irã-Iraque, o autor faz uma apreciação sobre o Conflito do Golfo nos seus aspectos operacional, diplomático e de Direito Internacional, no bojo da qual emergem as lições da guerra.

A matéria constitui mais um subsídio para os que se ocupam do estudo do recente conflito.

CAUSAS IMEDIATAS E OBJETIVO DA GUERRA

A Guerra do Golfo foi um conflito entre o Iraque e uma coalizão internacional de Estados (30) liderados pelos EUA e com o aval da ONU. Dos numerosos países que integraram a coalizão, uns participaram com recursos militares, alguns com recursos financeiros e 18 outros prestaram contribuições de natureza econômica, humanitária ou assistencial.

Após um longo período de ações diplomáticas, as operações militares

tiveram início em 17 de janeiro de 1991. Abrangeu um teatro-de-operações compreendido pela região oeste do Golfo, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita. Por sua vez, o teatro-de-guerra estendeu-se pelos emirados e Israel, envolvendo bases aéreas localizadas na Inglaterra e Turquia, da OTAN.

No concernente aos objetivos políticos da guerra, enquanto para o Iraque foi manter o desiderato de incorporar o Kuwait, para a coalizão consistiram em liberar o Kuwait e eliminar o poder militar iraquiano. Ao longo do conflito, delineou-se um objetivo secundário de derrubada do governo de Badgá, particularmente quando a coalizão apoiou

* Selecionado pelo PADECEME

os movimentos rebeldes curdo e xiita, que se prolongam até os dias atuais.

Por outro lado, o conflito do Golfo constitui excelente *caso histórico*, para o estudo do que se pode denominar "complicadores regionais das relações internacionais", os quais influenciam a convivência regional, com extrapolação para o contexto mundial.

O cenário de causalidade está inserido numa seqüência de eventos de extraordinária repercussão regional. Desfilam, nesses acontecimentos preliminares, a revolução islâmica e a violenta queda da monarquia Pahlavi, a perda de hegemonia do poder militar iraniano, desordem interna e consolidação do líder Khomeini, surgimento do Fundamentalismo Islâmico, fortalecimento de Sadam e seu partido, Baath, ascensão do Iraque como potência militar regional, guerra Irã-Iraque e, finalmente, invasão do Kuwait, no dia 2 de agosto de 1990. De uma parte, condicionou o conflito do Golfo uma perversa trijunção de circunstâncias: encrueceu o regime de Bagdá, ampliou-se a visão megalomaniaca de Sadam, e a forte máquina bélica iraquiana (1 milhão de soldados) estava ociosa, disponível e apta.

Em relação à outra parte envolvida no conflito, o móvel central orbitou em torno do complicador petróleo, em face da possibilidade de desestabilização do mercado desse item estratégico, e de sua utilização como instrumento de pressão

política, como ocorreu nos choques de petróleo do passado.

Convém registrar o extraordinário aumento de poder de pressão internacional adquirido pelo Iraque, quando incorporou, a força de barganha política, o correspondente à reserva de 94.525.000.000 barris de petróleo do solo do Kuwait. Obviamente, o acréscimo de tal capacidade de agir no cenário mundial passou a ameaçar os grandes consumidores. O desenlace dessa situação e dessa confrontação de interesses e de vontades foi a guerra.

Como freqüentemente ocorre na genética da polemologia dos conflitos, as técnicas de administrá-los ou dirimi-los não funcionaram. Ao conflito econômico apontado por Sadam, ao acusar Kuwait de redução do preço internacional do petróleo e de apropriar-se do óleo da bacia petrolífera de Umila, situada na faixa da fronteira, bem como a negativa iraquiana de pagar ao Kuwait empréstimos feitos durante a guerra com o Irã, juntou-se o contencioso do alegado direito histórico iraquiano sobre o território do Kuwait.

Até os dias atuais, como derrotado militarmente na Guerra, Bagdá mantém esse quadro reivindicatório e continua a denominar o Kuwait de 19ª província. Isso significa que a situação conflituosa persiste, malgrado o massacre da estrutura militar iraquiana. Ou seja, se o objetivo político persiste, a Guerra do Golfo I poderá constituir-se, no futuro, em causa da Guerra do Golfo II.

DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO

A Fase diplomática ou guerra de espera (02 .08.1990 a 17.01.1991)

A 2 de agosto, quando a vanguarda mecanizada da força-tarefa iraquiana penetrou no Kuwait, constituiu-se um novo Pearl Harbor para o sistema de informações estratégicas dos EUA e aliados europeus.

Sadam montou uma concepção diplomático-militar fundamentada na obtenção de surpresa estratégica, de uma rápida ocupação do Kuwait e na criação de um fato político consumado no contexto internacional.

Seus analistas, provavelmente, espelharam-se nos vários casos históricos de tácita aceitação pelo sistema internacional de ocupação pela força.

Assim, Israel, em 1967, não respeitou a resolução da ONU que recomendava a retirada dos territórios da Faixa de Gaza, parte leste de Jerusalém e Golan. A Líbia, em 1973, ocupou a região de Aouzou na fronteira com o Chade, bem como Marrocos ocupou, em 1975, o Saara Ocidental, ex-Saara Espanhol. Também a Turquia ocupou a região norte de Chipre, em 1974, a Indonésia e o Timor leste, em 1975 etc. Em todos esses casos, protestos internacionais, recomendações e resoluções da ONU não surtiram efeitos.

Ocorreu, no entanto, um grande erro de avaliação estratégica, pois Sadam

esqueceu o mundo pós-Guerra Fria e, conseqüentemente, de novos comportamentos. Esse ato de agressão internacional deu início a um período de gestões diplomáticas e embargos comerciais, reunindo um grande número de Estados. Foi o que pode ser chamado de guerra de espera ou fase diplomática do conflito. Durante quatro meses e meio, houve uma aglutinação de nações jamais vista na história das relações internacionais, tendo por escopo a condenação do ato do governo Sadam e a conseqüente tomada de atitudes para anulá-lo.

No bojo da intensa movimentação diplomática nos principais centros de poder, das pressões e dos embargos econômicos, iniciaram-se bloqueios navais e concentrações progressivas de forças na região, tudo caracterizando um excelente exemplo da atuação conjunta de recursos diplomáticos e militares para a administração de um conflito internacional.

Nessa fase, as ações diplomáticas foram inseridas num quadro que pode ser chamado de Batalha na ONU, onde se procurou trabalhar as nações integrantes do Conselho de Segurança. O secretário de Estado norte-americano, de um lado, e o ministro iraquiano Tarek Aziz fizeram vários périplos diplomáticos pelos 4 cantos do mundo, buscando atrair os 15 membros do Conselho. O conselheiro presidencial de Gorbachev, Primakov, fez várias visitas a Bagdá, no intento de persuadir Sadam

a liberar o Kuwait. O mesmo fez o ministro do exterior da China, Qian Qichen. O rei Hussan de Marrocos reuniu a cúpula árabe.

O presidente Gorbachov, traduziu magnificamente, o comportamento majoritário das nações para agir coletivamente, ao afirmar que o "mundo deve ficar unido na crise e agir firme, porém no espírito das Nações Unidas".

Por sua vez, Mitterrand caracterizou o desejo coletivo de atender ao primado de obediência ao organismo internacional, afirmando, ao ensejo das divergências com os EUA sobre prazos das sanções econômicas aplicadas: "Devemos agir em estrita aplicação das resoluções do Conselho de Segurança da ONU."

Numa posição mais contundente, Margareth Thatcher anunciava: "Já demos três meses para que as sanções econômicas funcionassem."

Nessa fase diplomática do conflito, o embargo econômico, se bem que não produziu resultados plenos no período de quatro meses e meio, alcançou efeitos contundentes, chegando a afetar profundamente o poder nacional iraqueano. As conseqüências decorreram, principalmente, de perda pelo Iraque correspondente a 2,7 milhões barris/dia, em face do bloqueio naval do Golfo e da interrupção dos oleodutos via Síria e Turquia. Entretanto, o contrabando pela fronteira com o Irã e o acesso pelo porto jordaniano de Acaba atenuaram os efeitos do embargo, permitindo

alongar a capacidade de resistência. Sadam, revelando os efeitos desse bloqueio econômico, tentou barganhar, oferecendo petróleo abaixo do preço de mercado e fazendo doações a países pobres (a oferta não foi aceita por nenhum deles). O embargo levou Bagdá a impor racionamento, a confiscar produção agrícola e a decretar pena de morte para quem estocasse trigo e cereais.

A apreciação desse caso revela que o embargo como instrumento de pressão pode dar resultados, porém a médio e longo prazos, dependendo da viabilização de sua implementação e do grau de autonomia da economia local.

A forte determinação do governo de Bagdá resistiu, inclusive, ao apelo de Gorbachov para que Sadam desse uma prova de realismo do seu desejo de paz, em face da verdadeira política do jogo de pôquer que vinha sendo desenvolvida na guerra diplomática, onde era comum o uso de técnicas de finta, retóricas e blefes. Vários planos de paz foram discutidos e apresentados sem resultados concretos.

O presidente iraniano procurou manter-se neutro, apoiou as sanções da ONU, qualificou o conflito de uma guerra do petróleo e apresentou proposta de paz. Também a França apresentou proposta de paz. A Comunidade Européia patrocinou várias reuniões em Luxemburgo. Nessa fase, por não terem conseguido administrar o conflito, persistiu a situação de dissenso e o

choque de vontades, que somente iria ser resolvido pelo emprego violento do poder militar ou seja, pela guerra.

A fase militar (Operação Tempestade no Deserto)

Esgotados todos os recursos diplomáticos, que se estenderam, desde a condenação pública oficial, até o embargo econômico e a pressão através de concentração de forças militares na área, teve início a fase militar, na madrugada de 17 de janeiro de 1991.

Ela começou com uma ação marcadamente aéreo-naval, em cumprimento à concepção estratégica aliada de, através de pesados bombardeios, anular a capacidade de luta de Sadam, além de evitar elevados perdas de vidas, normais nos ataques a posições altamente fortificadas e com possibilidade de emprego de armas químicas e bacteriológicas.

Nas primeiras quatro horas, a aviação de coalizão realizou mais de 4.000 surtidas, atingindo alvos estratégicos, e afetando profundamente a economia, a vida das principais cidades, o sistema de transporte etc.

Mais do que a conquista de superioridade aérea, ocorreu, nessa fase, a total anulação do poder aéreo iraquiano e a destruição de grande parte do poder terrestre (6 aviões comerciais e 148 militares do Iraque procuraram refúgio no Irã).

Entretanto, a mais intensa campanha de bombardeio por aviões, navios e mísseis, desenvolvida de 16 a 27 de fevereiro de 1991, não foi, por si, suficiente para atingir o objetivo da guerra de liberação do Kuwait.

É interessante observar que, malgrado a tremenda destruição das infraestruturas de telecomunicações, transporte, energia, produção industrial etc., Bagdá não cedeu politicamente, mantendo a ocupação do Kuwait.

Nesse quadro de indefinição, Sadam, não tendo conseguido sucesso na manobra política de forçar Israel a participar das ações militares, mediante o lançamento de 39 SCUD dirigidos contra o seu território, resolveu efetuar pequenos ataques terrestres ao longo da fronteira saudita.

Na realidade, essas ações tiveram objetivos táticos de sondagem, bem como de natureza psicológica (fortalecimento moral).

O mais importante penetrou 10km, ocupando a vila abandonada de Khafzi, de onde os invasores seriam expulsos por forças de Arábia Saudita e Qatar, reforçadas por fuzileiros norte-americanos. Esse confronto de Khafzi (que fora abandonada pela população saudita) constituiu ação limitada, e foi classificado, pelo general Normam Schwarzkopf, como "o ataque de um mosquito sobre um elefante".

O Exército de Sadam permaneceu nas trincheiras. Não foi capaz de manobrar com a sua massa de blindados.

Comparativamente, a conduta das operações terrestres podem ser analisadas conforme os tópicos abaixo.

• Quanto à atitude estratégica, a de Sadam foi essencialmente defensiva. A sua força enterrou-se na linha "Sadam", não usou o princípio da manobra, realizando uma defesa estática, em grande parte por não dispor de apoio aéreo. A única iniciativa das ações foi a pequena investida de 10km, em território saudita, sobre Khafzi. A da coalizão foi essencialmente ofensiva, o que foi possível pelo total domínio do espaço aéreo.

• Quanto à concepção da manobra, a de Sadam foi condicionada pela vivência da guerra com o Irã, onde ocorreram freqüentes paradas estratégicas em posições defensivas, com ampla utilização de organizações do terreno. O comando iraqueano julgou poder atrair e destruir o Exército de Coalizão nas sucessivas linhas de defesa. Convém lembrar que, na guerra com o Irã (1980-1988), o Exército do Iraque especializou-se em organização de grandes linhas de trincheira com fossos, campos de minas, canais com explosivos e combustíveis altamente inflamáveis, etc. Os carros-de-combate foram mais freqüentemente usados como artilharia (enterrados), do que como meios para manobrar no combate. Na concepção de sua guerra, Sadam utilizou, ainda, reféns aliados inclusive kuwaitianos, que foram levados para Basrá e Bagdá na véspera da ofensiva aliada, bem como

provocou, inutilmente, uma reação israelense com os SCUD.

Em relação à coalizão, a manobra consistiu em:

a. fixar por leste, no litoral kuwaitiano, utilizando a finta de um possível desembarque anfíbio pela esquadra e a tropa de fuzileiros. Essa finta foi muito bem realizada, contando inclusive com o uso da comunicação social, e contribuiu para fixação de grandes efetivos iraqueanos;

b. investir na direção norte-sul, forçando as linhas de defesa na fronteira do Kuwait, de forma a reconquistar a cidade do Kuwait;

c. realizar um grande envolvimento em profundidade, partindo da frente oeste e penetrando na direção norte da ordem de 200km, para, em seguida, infletir para leste, num percurso de 180km, tendo por objetivo cortar a retirada inimiga para o norte na vila Nassiriah, no rio Eufrates (a 160km de Bagdá), destruir as forças iraqueanas e completar a liberação do Kuwait;

d. proteger a manobra contra investidas do oeste na região de Assalman;

e. organizar uma base logística, a 150km no território iraqueano, capaz de prover apoio às unidades engajadas na ação de envolvimento.

Os resultados das operações terrestres surpreenderam analistas, pela rapidez com que ocorreu o desmonocamento da máquina militar iraqueana, inclusive da apregoada qualificação da Guarda Republicana (cerca de 150.000

homens), posicionada como reserva móvel.

A dinâmica da manobra, superioridade tecnológica e a arrasadora presença do elemento aéreo, deixaram os iraquianos taticamente imobilizados nas trincheiras e, até mesmo, acomodados, parecendo aliviados ao se entregarem como prisioneiros. Alguns de joelhos beijavam as mãos dos seus captores.

No balanceamento das forças em presença, a imensa diferença nos campos tecnológico e militar, fizeram com que 1 (um) milhão de combatentes de Sadam desaparesem, como poder bélico, em apenas 100 horas.

O general Norman, da coalizão militar, confirmou o sucesso da manobra ao declarar: "Enganei o Sadam, fazendo-o crer que haveria um desembarque maciço de fuzileiros na costa do Kuwait. Eles ficaram de olho nessa direção. Começamos então a mover as divisões blindadas para a esquerda, levando-as para o Iraque sem que o inimigo percebesse. Foi um movimento extraordinário, o maior da história militar; conseguimos penetrar profundamente no Iraque."

Na madrugada de 27 de fevereiro de 1991, o chanceler do Iraque Tarek Aziz enviou carta ao Conselho de Segurança da ONU, comunicando que o seu país cumpriria todas as 12 resoluções. Entre elas, estava o compromisso de indenizar o Kuwait e os países atingidos pela guerra. Era o fim do conflito.

O objetivo político da guerra de destruir o poder militar de Sadam ficou evidente com a intensidade da destruição de equipamentos.

O quartel-general do general Norman divulgou os números do quadro seguinte, em 28 de fevereiro de 1991:

	Arsenal de Sadam	Destruido ou Capturados
- Carros de Combate	4.280	3.008
- Carros blindados	2.870	1.856
- Peças de Artilharia	3.110	2.140
- Prisioneiros de guerra	-	50.720
- Lançadores de SCUD	-	46

Apreciações sobre a fase militar

Os tópicos a seguir apresentam os principais aspectos ressaltados pela fase militar:

- os EUA projetaram-se como única potência militar;

- do ponto de vista da conduta da guerra, a tecnologia deu um passo a frente nos campos da produção de informações por satélites, do aperfeiçoamento das chamadas armas inteligentes (propiciando a expressão "bombardeio cirúrgico"), da ampla utilização de ações noturnas etc. Consolidou-se o emprego do helicóptero na operação terrestres, particularmente como base de fogos de apoio. O helicóptero *AS-1W-Super Cobra*, operando inclusive com tiro noturno, e o míssil anticarro *TOW*, além de outros

modelos, marcaram presenças na ação terrestre;

- o uso da pressão diplomática pelo embargo não se mostrou por si suficiente para resolver a situação política. A ação aérea foi de transcendental importância, porém ainda é preciso manobrar no terreno para completar a destruição do poder militar e impor a vontade política;

- a guerra passou a integrar as ações terrestres, navais e aéreas cada vez mais;

- chefes militares que fizeram a guerra declararam que não foi usada uma estratégia isolada, e sim estratégia mista aérea-terrestre, aérea-naval ou naval-terrestre. Ações aéreas foram inseridas nos planos de operação terrestre, a esquadra participou da defesa aérea do TO e das ações terrestres. Enfim, a lição do Golfo é de que a grande estratégia é uma só e mista, ou seja, aéreo-terrestre-naval. Cada força singular fica restrita ao nível técnico de como operar os seus meios específicos, no quadro de uma estratégia globalizada. O míssil *cruise* substituiu a aviação embarcada para atingir muitos alvos;

- as ilações doutrinárias da guerra do Golfo são contundentes em termos de integração operativa das Forças Singulares desde o tempo de paz. Por outro lado, não deve existir estrutura militar de paz diferenciada da estrutura militar de guerra;

- o vice-almirante John Baldiwn registrou a seguinte análise sobre o conflito: "A idéia é pensar estrategicamente e pensar de forma integrada,

isto é, coordenar as campanhas de guerra envolvendo todas as Forças Singulares;"

- o general Norman destacou o sucesso da doutrina integrada que vem sendo denominada *air-land doctrine*, que, por sua vez, dá origem a *air-land battle*, pela combinação dos meios terrestres, aéreos e navais num conjunto único e sob direção centralizada;

- os princípios da *air-land battle* aplicados no Golfo exigiram longo planejamento, coordenação perfeita, comando centralizado perfeito *timing* e logística eficientes, com alto grau de integração doutrinária e padronização logística;

- em termos de política interna, o presidente Bush teve elevado índice de popularidade e aceitação nacional. A guerra trouxe enormes ganhos políticos imediatos para Bush e seu partido Republicano;

- entre os sistemas-de-arma, destacou-se o *Patriot*, que conseguiu reduzir os efeitos dos SCUD, particularmente sobre Israel e Arábia Saudita;

- apesar da tecnologia, os erros continuaram a aparecer na hora do combate. Aviões *A-10* dos EUA destruíram veículos de combate ingleses, matando 9 soldados; patrulhas e combatentes perderam-se; alvos não foram devidamente destruídos; houve falta de entrosamento entre elementos terrestres, aéreos e navais, falha na identificação de veículos aliados etc. Segundo o relatório do Departamento de Defesa, dos 146 soldados aliados mortos em

ação, 37 foram vítimas de fogo amigo e, dos 467 militares aliados feridos, 72 foram atingidos por seus próprios companheiros. A logística não atenderia às necessidades, se o conflito se prolongasse. As informações produzidas foram inadequadas particularmente sobre localização de armas químicas, biológicas etc. Também os *F-117*, usados contra alvos estratégicos, atingiram apenas 40% da área desejada.

Estratégia de formação das consciências nacionais (técnicas de Guerra Psicológica)

Como em todos os conflitos, a Guerra Psicológica esteve presente no Golfo, e a sua análise oferece ensinamentos sobre as diferentes estratégias usadas pelos contendores para a condução da opinião pública.

Para o Iraque, os objetivos comportamentais a atingir foram fortalecer a consciência coletiva em torno de Sadam Hussein; desenvolver o espírito de luta nacional; enfraquecer, ou anular o apoio árabe à coalizão atacando o inimigo comum, Israel.

A temática adotada explorou a guerra justa e de todos os árabes (pan-arabismo); o Iraque como representante do mundo islâmico, na luta contra o imperialismo ocidental, particularmente dos EUA.

O embasamento da comunicação social iraquiana foi montado no sonho pan-arábico e na restauração da dignidade e da honra do povo árabe. A propaganda explorou o ressurgimento do conflito histórico entre o islamismo e o Ocidente, da espada árabe contra os cruzados. Sadam mandou bordar, na bandeira iraquiana, a inscrição "Alá é grande".

Também para mobilizar a consciência nacional, os comunicólogos iraquianos utilizaram vultos históricos, buscando retratar Sadam como Nabucodonosor, da Babilônia, e os seus feitos, inclusive a destruição de Jerusalém, em 587 a.C.

O culto à personalidade foi amplamente usado como técnica de persuasão.

O "Grande Iraque" de Sadam seria a imagem revivida do esplendor e da hegemonia do Império Otomano, que se expandiu a partir do século XIV e chegou a controlar o espaço do Marracos ao Irã, e da Polônia ao Adriático.

Sadam também foi apresentado como sucessor de Saladim o guerreiro islâmico que combateu os cruzados, assim como foi comparado ao chanceler alemão Oto Von Bismarck, herói da unificação dos povos de língua alemã ou, com Gamel Abdel Nasser, que fortaleceu o orgulho e a reação árabe, contrapondo-se à busca de hegemonia do Ocidente naquela região.

A temática da propaganda de guerra explorou também raízes históricas e procurou delinear a Guerra do Golfo, como uma visão retrospectiva da união

árabe, ao ensejo do grande império Abá-cida, dinastia muçulmana que reinou em Bagdá. As características psicossociais do habitante local permitiram explorar até profecias sobre morte de invasores no deserto e o senso mágico da inevitabilidade de lutar e morrer pelo Islamismo e da materialização do destino.

Foram linhas de persuasão utilizadas: "os EUA ganharão a batalha mas perderão a guerra"; "tanto os cristãos árabes como os muçulmanos querem uma guerra santa contra os EUA, a Inglaterra e os Judeus"; "os cidadãos de todas as nações que estão combatendo o Iraque estão em perigo aqueles de olhos azuis e face avermelhadas; vocês ocidentais desejam viver. Nos queremos morrer porque queremos ir para o paraíso. A medida que os EUA destróem o Iraque irá fortalecendo a guerra santa (jihad) que destruirá o Ocidente".

Essa temática foi possível uma vez que a comunicação social a serviço dos interesses políticos deu surgimento ao que podemos chamar *ideologia do anti-americanismo* ou *anti-ocidentalismo*.

Como veículos, o Iraque usou a imprensa estatizada, operando enquadrada pelo Conselho Revolucionário e o comando das Forças Armadas.

Como *slogans*, foram usados nas campanhas psicológicas: "Sadam: A espada do Islã"; "Sadam: O vingador dos árabes"; "Sadam: O Bismark do mundo árabe"; "Nós árabes lutamos com a espada de Deus, enquanto os EUA lutam com a espada de Satã".

O Iraque usou basicamente a estratégia da propaganda simbólica ou emocional.

Em suma, Sadam usou o monopólio estatal da informação para controlar a sociedade e alcançar seus objetivos psicológicos. Na iminência do conflito, conseguiu resultado favorável na mobilização da consciência nacional, o que tecnicamente foi possível, sob a exteriorização da ameaça externa que sempre contribui para congregar e unir.

Entretanto, a análise do desenvolvimento das operações psicológicas táticas ou estratégicas do Iraque robustecem a tese da impossibilidade de aplicação do monopólio das informações nos dias atuais, mesmo em regime fechado e despótico. Fontes informais e clandestinas surgem naturalmente. Outra ilação diz respeito a inconsistência dos resultados comportamentais gerados basicamente em cima da mensagem simbólica emocional, como as campanhas em torno da invencibilidade das divisões da Guarda Revolucionária, da produção do mar de sangue dos aliados no deserto etc.

A propaganda simbólica sem o suporte do fato concreto não dura na ação, e não evitou que 150.000 combatentes iraqueanos desertassem e, muitos deles de joelhos, beijassem as mãos de soldados aliados, numa atitude humilhante e tristemente ridícula para quem recebia mensagens que afirmavam serem eleitos por Alá, como cavaleiros invencíveis de uma guerra santa (jihad).

Em síntese, o ensinamento colhido nesse campo da comunicação diz respeito à busca da prevalência da propaganda do fato, isto é, trabalhar psicologicamente usando a primazia do real e do concreto. A propaganda simbólica apenas complementa a propaganda do fato. A técnica de formação da consciência iraquiana deformou fatos, omitiu a flagrante diferença tecnológica de poder militar e gerou uma expectativa ilusória de vitória, mascarando, através de todo um fantasioso simbolismo de mensagens, uma derrota militar inevitável.

Em termos comportamentais, o combatente iraquiano, como todo ser humano, foi conduzido mais pela necessidade de sobrevivência do que pela aspiração ao martírio.

Quanto à Coalizão, os objetivos comportamentais a atingir foram, para o público-alvo norte-americano, evitar a recidiva da chamada síndrome do Vietnã ou seja, o sofrimento de perdas humanas por uma guerra tida como impopular; para a população do Kuwait ocupado, foi manter o espírito de resistência. Programas radiofônicos através do governo do Kuwait, na Arábia Saudita, foram montados com esse objetivo.

O Comando Militar dos EUA que liderava a coalizão decidiu pela estratégia de controle da notícia no âmbito do teatro-de-operações, a fim de evitar desvios na opinião pública interna que apoiava a intervenção militar para

liberar o Kuwait. Por outro lado, a posição praticamente estática da linha-de-contato durante a fase aéreo-naval da guerra e o reduzido tempo de operações terrestres, facilitaram a prática do que foi chamado, pelos jornalistas, de censura, uma vez que as informações ocorreram através de *briefing*. Assim, o fluxo de informações foi relativamente controlado, inclusive grupos de jornalistas autorizados a visitarem a frente eram acompanhados de escolta militar. Passado o conflito, ocorreram críticas por parte de alguns profissionais da imprensa. Por outro lado, o sistema de basicamente concentrar a massa de informações nos *briefing* atendeu aos objetivos da comunicação social de interesse das operações e teria, como chegou a ser divulgado pela imprensa, constituído um meio de apoiar a manobra diversionista do general Norman Schwarzkopf de levar os iraquianos a manter grande efetivo imobilizado na posição defensiva, que esperava o desembarque anfíbio no Kuwait. Sob essa análise, a comunicação social habilmente utilizada chegou a ajudar a implementação da manobra de envolvimento que decidiu a guerra.

O grande problema da comunicação social nas guerras é a credibilidade das fontes. A história se repete. O conflito do Golfo em sua fase inicial, pode ser chamado de a guerra das palavras e das imagens, onde cada contendor procurava fazer prevalecer a sua verdade. Na

guerra, a verdade é a primeira vítima. Alvos aéreos bombardeados, ditos pelos aliados como militares, eram refutados pela comunicação social iraquiana como fábrica de leite de crianças etc.

No concernente é comunicação social civil, a guerra do Golfo revelou toda tecnologia moderna da informação, permitindo ao telespectador, em sua poltrona, ver e ouvir a guerra ao vivo. Lentes, câmeras, satélites, microfones especiais levaram imagens instantâneas de trajetórias de balas traçantes, bombas inteligentes, mísseis e impactos nos alvos.

A *Cable News Network* (CNN) conseguiu materializar, magistralmente, na Guerra do Golfo, o conceito de Marshall Macluhan sobre o mundo como aldeia global. Em janeiro de 1991, produziu reportagens ao vivo com imagem e som da guerra, dos bombardeios e destruições, dos líderes envolvidos e dos reféns, gerando um grande impacto sobre a opinião pública, e criando o que pode ser chamado a guerra diplomática pela televisão, quando diplomatas utilizam a televisão global para trabalhar a opinião pública mundial.

A GUERRA DO GOLFO E O DIREITO INTERNACIONAL

A condução política da guerra num quadro de ordenação jurídica Internacional

O conflito do Golfo está inserido num contexto de relações internacionais que foi deflagrado com o processo de desmoroamento da União Soviética e o fracasso de sua seiva nutritiva ou seja, a ideologia marxista-leninista. No vácuo dessa implosão da doutrina, despontou o fato de maior repercussão nas relações internacionais da 2ª metade do século XX: o fim da Guerra Fria. Pode-se julgar esse conflito um marco inicial de uma nova era assinalada pelo fortalecimento do Direito Internacional e, conseqüentemente, dos organismos multinationais, particularmente da ONU. Inegavelmente o fim da confrontação ideológica fez a sociedade das nações vislumbrar perspectiva da busca de posições mais globalizadas, em detrimento das decisões fortemente isolacionistas, solitárias e individualistas.

Vemos assim o conflito do Golfo como um fato relevante na historiografia do Direito Internacional. Mesmo sem descer ao mérito e à ética da guerra e suas motivações de ambas as partes, é evidente que foi identificado um grau maior de organização e consenso da sociedade internacional, através da presença marcante de 30 Estados que materializaram uma postura coletiva, ora participando com elementos militares, ora provendo recursos financeiros. Naquele momento histórico, os Estados e as organizações, sujeitos básicos do Direito Internacional, atuaram num grande bloco, jamais

reunido na história universal em termos de vontade política unânime e decidida.

Portanto, o fato histórico Guerra do Golfo pode representar uma força nutritiva revigorante do Direito Internacional. Numa visão otimista, o fato contém algum indicativo que contraria os chamados negadores desse ramo da ciência jurídica, os quais sempre afirmaram não haver Direito Internacional por não poder existir sanção, nem tão pouco uma vontade coletiva.

Classifico o conflito do Golfo, também, como uma sanção da ONU ou, na pior hipótese, como a sanção de um expressivo grupo de nações altamente representativo da comunidade internacional com autorização daquele organismo.

Desde as superpotências (EUA o maior patrocinador, porém a URSS também participou e ainda participa, condenando Bagdá e utilizando pressão diplomática contra o Iraque) até os terceiros-mundistas compuseram um grande bloco que atuou em consenso. A fase nitidamente diplomática do conflito pode ser chamada de a "batalha na ONU" que baixou 10 resoluções e patrocinou numerosos encontros internacionais.

De um modo geral, naquela manifestação coletiva houve primazia do direito e, até mesmo, laivos de uma moral internacional.

O Direito Internacional viveu dias de euforia, e vive ainda, na esperança de prosseguimento desse clima de

valorização das soluções globalizadas na comunidade das nações.

O peso da participação dos Estados na composição do grande bloco internacional robustece as ilações supra referidas. Outra área de considerações repousa sobre a vitalidade manifestada pela ONU, que agiu com presteza e sem que houvesse votos desfavoráveis. Já no dia em que o Iraque invadiu o Kuwait, a resolução 660 exigiu a imediata e incondicional retirada das tropas de Sadam. A desobediência a essa determinação levou a ONU a baixar a resolução 661 aplicando a sanção do embargo comercial e financeiro ao Iraque. Prosseguem outros importantes atos do organismo máximo internacional, aplicando novos instrumentos coercitivos e punitivos no campo do Direito Internacional. Na escalada de sanções, a resolução 662 considera a anexação do Kuwait nula de pleno direito, sob o argumento de ter sido imposta pela força e, como tal, ilegítima e ilegal.

A desobediência de Bagdá aos princípios do Direito Internacional vai dar origem à resolução 664, que exige a liberação de todos os reféns do Iraque, inclusive por desprezar a proteção de civis no direito de guerra. Na escalada de sanções, a resolução 665 autorizou o uso de força classificada como mínima necessária para obter o bloqueio e implementar o embargo. Buscando dar cumprimento a essa sanção, a resolução 666 restringiu qualquer ajuda de alimento ao Iraque à ação da ONU ou da

Cruz Vermelha Internacional. A essa altura, os mecanismos de controle e administração do conflito parecem escapar e mostram-se lentos nos resultados. Os EUA optam por ação militar, enquanto a URSS avalia que a pressão diplomática alcançará o objetivo da guerra, ou seja liberação do Kuwait ocupado. Permanecendo o impasse, é baixada a resolução 668 que estabelece o embargo do espaço aéreo iraqueano como novo instrumento a ser usado no quadro de confrontação de vontades dos dois lados.

Não há dúvida que, em termos de ação coletiva, tanto a Guerra da Coreia (1950) como a Guerra do Golfo (1991) foram guerras americanas com expressiva predominância humana e material. Entretanto, pode-se concluir que entre um e outro acontecimento internacional, houve uma crescente mobilização da comunidade internacional.

Na Coreia, os EUA, com apoio de resolução baixada pelo Conselho de Segurança, conduziram e estiveram acompanhados por 16 nações, enquanto no Golfo lideraram uma coalizão multinacional de 30 nações, considerando ainda que outros 18 Estados tomaram posições diretas no conflito sob a forma de contribuições econômicas, humanitárias etc. É, portanto, um fato novo no contexto internacional essa significativa participação da comunidade mundial.

A presença do bloco de nações e a decisão da ONU criam, inegavelmente, uma ambiência de legalidade, por congregarem vontade majoritária com manifestação de organismo internacional e embasamento na Carta das Nações Unidas e no direito de sancionar infratores por ilícito reconhecido na ordem jurídica internacional. Não cabe nesta análise fazer derivação do campo jurídico para o campo filosófico, em termos de apreciar se houve guerra justa (*bellum justum*) no conceito medieval de Santo Tomás de Aquino.

Como cumprir ato legal, ou seja, a resolução da ONU de liberar o Kuwait sem o uso da força para respaldar a sentença, uma vez que as sanções econômicas não surtiram o efeito desejado?

O fato historicamente inegável é que, após anos de debilidade onde, no passado, não teve o suporte diplomático e militar para fazer cumprir suas resoluções, a ONU adquiriu, com o fim da Guerra Fria e com o Conflito do Golfo, um alento de vida institucional, congregando um número expressivo de nações, inclusive os tradicionais contendores URSS e EUA.

A Rússia, herdeira natural da URSS aprofundou sua participação na solução do conflito, ao anunciar o envio, em setembro de 1992 de navios de guerra ao Golfo para implementar a decisão da ONU.

Houve redução dos focos de tensão com a era Gorbachev e todo esse quadro compõe um novo contexto de valorização do Direito Internacional.



EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA — Coronel R1, ex-Adido Militar no Iran e integrante do Corpo Permanente da ESG. Professor em Geografia e História pela PUC. Atualmente é professor da Universidade Estácio de Sá.



A Proteção que você precisa...

- respiradores e máscaras com filtros
- máscaras com mangueiras de ar comprimido
- máscaras autônomas para salvamento
- detectores para gases tóxicos e combustíveis



Dräger Lubeca

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.

Rua Cidade de Bagdá, 554 - CEP 04377 - Vila Santa Catarina
Fone: 563-4111 (PABX) - Caixa Postal 21232 - CEP 04698
Telex: (11) 24259 LUBE BR - São Paulo - SP